

SETEMBRO/23

ENTRETENIMENTO

A REVISTA DIGITAL DO TREDF

VARIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRE-DF CRIADA POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (MIDJOURNEY)

EDITORIAL

POR FERNANDO VELLOSO (ASCOM)

O tempo não para, já dizia o poeta.

E o mundo segue evoluindo. Rápido e surpreendente !

E neste compasso de mudanças, surge a inteligência artificial "invadindo", literalmente, a cada dia, todas as áreas da atividade humana.

E, se por um lado, esta tal automatização da inteligência aparece como solução excepcional para muita coisa, por outro lado, com a I.A. aparecem questões polêmicas para discussão e reflexão:

- a relação homem x trabalho;
- a proteção aos direitos autorais;
- a ética dos comportamentos e dos relacionamentos;
- o culto aos valores humanos,
- a segurança de dados e informações;
- a disseminação de notícias fantasiosas e falsas;
- a precisão das máquinas x vulnerabilidade humana;
- o impacto na produção criativa;
- etc, etc, etc..

Para onde caminha a humanidade ?

Pensemos !!!

* * *

Em outra perspectiva, também acompanhamos (e fazemos parte) das incontáveis mudanças comportamentais, sociais e familiares. São novos (e aceitáveis) relacionamentos afetivos, posturas na sociedade e composições dos lares.

Estamos diante de um cenário novo (nem tanto) de convivência com as diferenças e aceitação da diversidade, sendo dever de cada um promover uma sociedade mais igualitária e respeitosa entre todos.

E também mais amorosa, caridosa, solidária e bastante humana. Afinal, os robôs (ainda) não possuem sentimentos.

Deveria ser assim. Tomara que seja assim.

Façamos a nossa parte.

ÍNDICE

00. Editorial.....	01
01. MercadoPlay.....	03
02. Inteligência Artificial.....	05
03. Comissão Feminina.....	09
04. Entrevista: Aline de Paula Pinho.....	13

FICHA TÉCNICA

Editor

Fernando Velloso

Reportagens

Karen Fontenele

Fernando Velloso

Guilherme Alves

Revisão de texto

Fernando Velloso

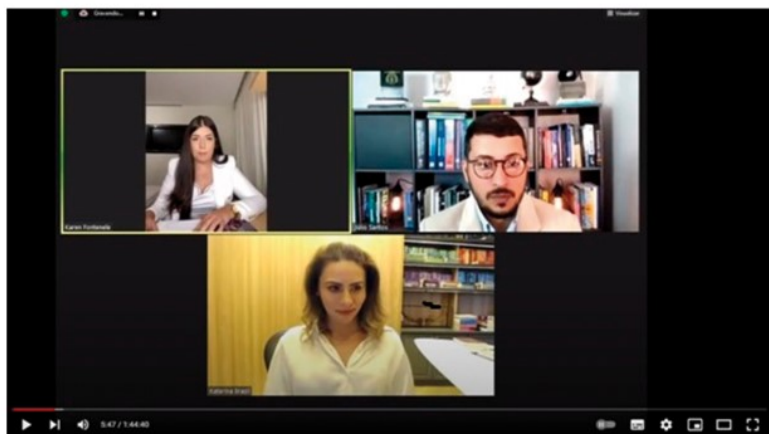
Projeto Gráfico

Guilherme Alves

"Já raiou a liberdade no horizonte do Brasil"

(Hino Constitucional Brasileiro - Evaristo da Veiga)





COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO FEMININA REALIZA I CICLO DE COMBATE À VIOLÊNCIA DO TRE-DF

Saiba mais sobre os temas debatidos na iniciativa da Comissão de Participação Institucional Feminina da Justiça Eleitoral (CPIF) reuniu especialistas em dois dias de debates sobre a temática

Nos dias 30/8 e 1º de setembro, a Comissão de Participação Institucional Feminina da Justiça Eleitoral do Distrito Federal promoveu o I Ciclo de Combate à Violência do TRE-DF. Os eventos contaram com o apoio da Associação dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (ASTREDF) e integram o rol de ações do órgão voltadas ao enfrentamento à violência doméstica no Distrito Federal, bem como à ampliação da rede de acolhimento às vítimas, a sensibilização e a mobilização para a redução da violência. As medidas são desenvolvidas de forma transversal com a população do Distrito Federal e especialistas em áreas relacionadas ao tema.

Para assistir à gravação do debate na íntegra, acesse o canal do TRE-DF no YouTube. Confira, abaixo, alguns pontos abordados em ambos os painéis.

1º dia

No debate "Neurobiologia do Trauma e Protocolo de Enfrentamento à Violência Doméstica", realizado dia 30 de agosto, a Presidente da Comissão de Participação Feminina da Justiça Eleitoral do Distrito Federal, Karen Fontenele, conversou com o Neurocientista Júlio Santos e a Advogada Katarina Brazil. O professor, pesquisador, escritor best-seller é autor de seis livros em Neurologia e Neurociências e abordou a temática "A neurobiologia do trauma e como podemos auxiliar as vítimas?". A pesquisadora e autora da obra "Mulheres na Política Brasileira: reflexões de gênero e democracia intrapartidária" Katarina Brazil abordou o tema "O protocolo de enfrentamento à violência doméstica do CNJ e o papel da sociedade no combate à violência".

O Neurocientista Júlio Santos iniciou sua explanação destacando que a afetividade humana "por muito tempo tem sido negligenciada também no meio científico". Para iniciar a abordagem do tema, o pesquisador discutiu a seguinte concepção desenvolvida pelo Psicólogo Vygotsky: "O eu nasce através do outro. O outro nasce através do eu. E o que são construções simultâneas. O escuro só faz sentido com a noção de claro e a consequência disso é que nós já nascemos alienados de nós mesmos, como câmeras externas em que outras pessoas nos afirmam quem nós somos." E concluiu: "Isso gera a construção da imagem a partir de uma opinião pública." O neurocientista explicou: "Isso pode influenciar positivamente, permitindo que a gente tenha progresso, se desenvolva enquanto pessoa profissionalmente, emocionalmente, e gera um referencial de afetividade."

Acerca da importância dos referenciais afetivos, Júlio Santos destacou: "Além desse referencial social, nós temos um referencial afetivo, que parte do ambiente em que nós estamos inseridos para que, a partir desse referencial, a gente aceite do outro a afetividade que ele nos oferece ou negue essa afetividade. Isso tem uma relação direta com o trauma, porque a partir do momento em que o outro me oferece qualquer afeto e eu não tenho um bom referencial do que é um bom afeto, eu certamente vou aceitar aquilo como um grande presente, a partir do que não se tem um referencial do que é uma emoção positiva, do que é felicidade, do que é sucesso, do que é amor, do que é paixão. A maior riqueza de saúde mental está pautada na capacidade que o indivíduo tem de nomear suas emoções, quer sejam positivas, quer sejam negativas. Dessa forma, municiar a população, sobretudo a população não-científica sobre o estudo da afetividade é conferir a essa população a liberdade afetiva para que, assim, não se prenda a qualquer afeto acreditando que é o melhor para ela, é o melhor para ele, e assim possa ter uma melhor relação intrapessoal e que isso reflète também, as relações interpessoais."

Após parabenizar a iniciativa, a Advogada e Pesquisadora Katarina Brazil destacou: "Esse é um Tribunal da democracia, e não há democracia sem igualdade de gênero. É muito importante que a gente pense as inúmeras violências que nós fomos perpassadas nas sociedades patriarcais. Elas deixaram marcas nessa sociedade, com a divisão sexual de tarefas, colocando a mulher na vida privada e isso traz uma série de consequências, na medida em que os homens se perpetuaram no poder e às mulheres coube a vida privada, muitas vezes excluída dos espaços de poder, de onde as coisas acontecem. Isso trouxe alguns efeitos na seara do trauma, das nossas questões, mas também dos próprios direitos dessas mulheres." Katarina Brazil acrescentou: "A violência contra nós, mulheres, muitas vezes passa por uma trama geracional."

Acerca do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ, a Advogada frisou: "Mais do que um protocolo com perspectiva de gênero para julgar os casos de violência, nós precisamos desses juízes que eles tenham um entendimento mínimo de como o trauma atua, de quais as condições de vulnerabilidade que essas mulheres vivenciam e de todo um histórico que leva a essas mulheres até a busca pelos seus direitos nesses ramos de Justiça. A punição de seus agressores, o reconhecimento das violências, pleiteando a partir daí, indenizações. Para que se reconheça o imenso dano existencial, que passa pelo trauma, para que um juiz reconheça que houve um dano existencial na vida de uma mulher, ele precisará ter noção de como operacionalizar a questão do trauma, de saber quais as consequências trouxe em questão de danos psíquicos para aquela mulher em termos de erosão da sua saúde mental, a fim de que ele consiga - dentro de um patamar razoável - conceder uma indenização justa em virtude da violência que ela sofreu."

2º dia

No dia 1º/09, foi realizado o debate “Enfrentamento à violência: Da violência patrimonial ao processo judicial”, de forma presencial, na Sala de Sessões do TRE-DF. Compuseram a Mesa de honra o Presidente da Corte, Desembargador Roberval Belinati, o Corregedor do TRE-DF, Mário-Zam Belmiro, a Presidente da Comissão de Participação Feminina da Justiça Eleitoral do Distrito Federal, Karen Fontenele, a Juíza Coordenadora do Núcleo Judicial da Mulher do TJDF, Gislaine Carneiro, a Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília Carla Antloga (UnB) e o Juiz-Auxiliar da Presidência do TRE-DF, Pedro Yung-Tay Neto.

O Presidente do TRE-DF, Desembargador Roberval Belinati, esteve na abertura do evento, e pontuou em sua fala: “Nós vemos o preconceito, a discriminação em muitos casos, até no emprego. No Tribunal de Justiça, por exemplo, foi divulgada uma estatística, em torno de 38% de mulheres. E a pergunta: por quê não tem mais mulheres ocupando cargos na magistratura? E eu respondo: As mulheres estão avançando e isso acontece devido à nossa cultura do Brasil, a cultura do mundo. Mas as mulheres estão evoluindo, estão estudando. Todos sabem que havia discriminação até em relação ao voto: a mulher passou a votar depois de 1932. A mulher não podia votar, não podia trabalhar.”

O Corregedor da Corte, Desembargador Mário-Zam Belmiro, proferiu também seu discurso no evento, no qual afirmou: “Os escritores têm que focar em escrever positivamente das mulheres. Às vezes falam pouco, e quando falam ainda há alguns que falam de forma errada.” O Corregedor destacou que tem escrito um livro de poesias e declamou versos sobre a mulher.

Em seguida, o Juiz-Auxiliar da Presidência, Pedro Yung-Tay Neto, destacou: “É um aprendizado diuturno. A cada dia, a cada instante, precisa ouvir e com o lugar de fala específico e ter as mulheres, de fato, à frente, ocupando um lugar de destaque, de protagonismo.”

Intitulada “A autonomia feminina, o contexto histórico do cuidado e das relações de trabalho, a violência contra a mulher e o papel da Psicologia, a primeira palestra foi proferida por Carla Antloga (UnB), Professora do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília.

Em sua fala, a Psicóloga destacou: “O trabalho de cuidado é chamado, nas ciências do trabalho, na literatura científica, de trabalho reprodutivo, porque é aquele que permite que a sociedade se perpetue e permite, inclusive, que o homem saia para fazer outro tipo de trabalho, que é o que a gente chama de trabalho produtivo. O trabalho reprodutivo não é só o de gestar e parir – que também é trabalho – mas é o que permite que a sociedade continue acontecendo: de cozinhar, de limpar, passar roupa, fazer a gestão da casa, fazer gestão da família. E esse trabalho, infelizmente, não tem valor monetário. Na maior parte, ele tem: custa trilhões. Mas, na maior parte da nossa sociedade, ele não é valorizado desse jeito. Há pouco, na Argentina, vocês devem ter acompanhado também, saiu na mídia, foi promulgada uma lei que define que as donas de casa terão direito à aposentadoria.”

O segundo painel foi apresentado pela Juíza Gislaine Carneiro, Coordenadora do Núcleo Judicial da Mulher do TJDF, com o tema “O acolhimento multidisciplinar às vítimas de violência no Judiciário com perspectiva de gênero e ferramentas de prevenção e proteção”.

Durante sua explanação, a magistrada falou sobre o impacto dos padrões sociais na perpetuação do patriarcado: “A gente tem essa construção social e o homem reproduz no senso comum o que dele é esperado pela sociedade. Eu já tive vários processos assim. Por mim já passaram mais de 13 mil ocorrências, para vocês terem uma idéia. E é muito difícil psicologicamente trabalhar com essa temática, porque é muito dolorosa e você está diante da parte péssima do ser humano que é a violência em todos os seus níveis, principalmente e também contra uma pessoa muito mais vulnerável historicamente que é a mulher e que há muito pouco tempo é considerada sujeito de direitos. Há apenas 90 anos pode votar. E ainda perguntam porque ainda não tem tantas candidatas - porque o direito ao voto ainda é tão recente. E a gente tem muitos mitos nessa área.”

A magistrada Gislaine Carneiro trouxe a importância da multiplicidade de canais de apoio às vítimas: “Há um mito de que só a delegacia é a porta de entrada para falar. O meu sonho é que a rede de saúde seja uma grande porta, porque a mulher que sofre violência tem que ter o direito de não registrar uma ocorrência policial. Eu, como mulher, tenho o direito de me socorrer, de uma consulta médica, de ir ao hospital e lá ser acolhida. Então múltiplas portas é, de fato, a chave de sucesso, na minha opinião, e trabalhando há mais de década com isso.”

A Juíza apresentou, além do quadro atual de crimes, o número de iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência, sobretudo no Distrito Federal, frisando que há um esforço sistêmico para a redução do número de ocorrências: “Nos casos graves, o Tribunal de Justiça tem utilizado a tornozeleira eletrônica que é para qualquer tipo de agressor, de qualquer crime. Ela é ligada a um dispositivo de celular para a vítima, que se chama DMTP: essa é específica para mulheres vítimas de violência doméstica. Nós, do Núcleo Judiciário temos o Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Segurança Pública e tabulamos fluxos, estamos sempre desenvolvendo: fizemos o projeto-piloto e está tendo um sucesso absoluto. Essa tornozeleira eu coloco no homem e a mulher ganha um aparelho com esse aplicativo. Se eu estou com o aparelho e o homem entrou aqui no estacionamento do TRE, eu já vou receber mensagem. E ele também.”

Em sua fala, a Presidente da CPIF, Karen Fontenele, trouxe uma perspectiva da Comunicação em relação ao tema e destacou a necessidade de esforços coletivos no enfrentamento à violência, frisando o posicionamento da Comissão na abordagem da temática: “Nós sabemos que são esforços que têm uma capilaridade muito reduzida, infelizmente, mas, para que esse debate fosse qualificado seria de suma importância que nós trouxéssemos grandes especialistas e grandes nomes que se articulam também não só no debate, mas na promulgação desse tema para além dos muros.” E acrescentou: “Essa violência está tão incrustada e a mulher é tão vítima dessa violência – não que o homem não possa ser vítima – que quando nós divulgamos um evento a memória da recepção já faz esse paralelo com a mulher, o que é absolutamente triste e reflexivo para nós, e gera esse desconforto. E nada no mundo é gerado sem esse desconforto. É ele que move a Ciência e que tem, inclusive, que mover os órgãos de Imprensa, as big techs, as redes sociais. E eu tenho falado muito sobre isso nas minhas palestras, nas minhas apresentações de congresso aqui no Brasil e fora dele, quando tenho a oportunidade: que lugar de cuidado foi esse que foi relegado às mulheres? E em que lugar de violência tão institucionalizada acontece esse debate?”.